

MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PERCEPÇÃO DOS GESTORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO CONDE/PB

ROSANA MARIA FERREIRA BERNARDINO^{1*}, MARIA DE FÁTIMA CAMAROTTI², JEFFERSON DE BARROS BATISTA³, ANABELLE CAMAROTTI DE LIMA BATISTA^{1,4*}

¹Docente Centro de Educação, Universidade Aberta do Brasil, Universidade Federal da Paraíba, Campus Universitário I, Jardim Cidade Universitária. CEP:58.059-900, João Pessoa, Paraíba, Brasil

²Docente do Departamento de Metodologia da Educação, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba

^{1,3}Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus Cabedelo

^{1,4}Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias, Departamento de Agricultura, Universidade Federal da Paraíba

*Autores para correspondência: fbrosana@yahoo.com.br, bellecamarotti@gmail.com

Recebido em 30 de outubro de 2015. Aceito 30 em julho de 2016. Publicado em 31 de março de 2017.

RESUMO - Para analisar a discussão das temáticas ambientais no interior das escolas municipais do Conde/PB foram entrevistados gestores escolares. A escolha do público alvo ocorreu por esses serem os encarregados da implantação de programas que abordem o meio ambiente e a educação ambiental nas escolas. Para captura dos dados reais optou-se por uma abordagem qualitativa em todas as escolas do município. As informações coletadas por meio de questionário ofereceram base para um diagnóstico sobre a posição dos referidos gestores. A partir das respostas observou-se que o tema não é tratado como devido, e a grande maioria dos gestores se justifica afirmando que a maior dificuldade é a questão financeira. Contudo, muitas ações são de baixo custo e a própria comunidade do entorno já implantou algumas hortas nas áreas escolares e trabalha o cultivo de hortaliças junto a alguns alunos de forma associada com professores. Ao final das entrevistas e conversas informais com a comunidade do entorno das escolas, pode-se concluir que os programas do Governo Federal já existentes e que tratam dessas temáticas atendem as necessidades locais e são de interesse da comunidade quanto à implantação. Assim, foi constatado que é preciso uma mudança de postura dos próprios gestores os quais precisam ser mais efetivos e coesivos das ações na escola e entorno para que haja uma concreta implantação dos programas governamentais. E, para isso, é recomendado que o gestor escolar fosse um líder experiente e engajado na área educacional e não apenas um apoiador político do prefeito.

PALAVRAS-CHAVE: EDUCAÇÃO AMBIENTAL; MEIO AMBIENTE; CONDE; PARAÍBA.

ENVIRONMENT AND ENVIRONMENTAL EDUCATION: PERCEPTIONS OF THE MUNICIPAL SCHOOL PRINCIPALS IN THE MUNICIPALITY OF CONDE, PARAÍBA STATE, BRAZIL

ABSTRACT - School principals were interviewed to analyze the discussion on the environmental issues in the municipal schools in the municipality of Conde, Paraíba State, Brazil. Principals were chosen as the target group because they are responsible for the implementation of programs related to environment and environmental education in schools. A qualitative approach was carried out to obtain the real data from all analyzed municipal schools. The information collected through a questionnaire provide the basis for a diagnosis of the position of such principals. From their answers, it was observed that this subject is not discussed as it should be, and most of them justified themselves explaining that the lack of financial support is the primary difficulty. However, many environmental activities are low cost, and the surrounding community has already implemented some vegetable-gardens in the schools and has grown vegetables in association with teachers and students. At the end of the interviews and in informal conversations with the surrounding school community, it was found that there are already some federal government programs that deal with this subject and meet the local needs

and that the community is interested in their implementation. Thus, it was noticed that there is a need of changing the principals' position, who need to be more efficient and cohesive as the environmental actions in the school and in its surroundings so that there is a concrete implementation of government programs. For this purpose, it is recommended that the school principal be an experienced and committed leader in education and not only a political supporter of the mayor.

KEYWORDS: *ENVIRONMENTAL EDUCATION; ENVIRONMENT; CONDE; PARAÍBA.*

Medio ambiente y educación ambiental: percepción de los directores de las escuelas municipales de Conde en el estado de Paraíba, Brasil

RESUMEN - Para analizar temas ambientales discutidos en las escuelas municipales de Conde en el estado de Paraíba, Brasil, se entrevistaron los directores escolares. Se eligieron los directores porque son encargados de implantar programas que tratan del medio ambiente y de la educación ambiental en las escuelas. Se optó por un abordaje cualitativo para la obtención de los datos reales de todas las escuelas del municipio. La información, recolectada a través de un cuestionario, sirvió de base para un diagnóstico de la situación de los directores. De las respuestas se observó que el tema no es discutido como debería de ser, y la mayoría de los directores se justifica diciendo que la mayor dificultad es la cuestión financiera. Sin embargo, muchas acciones ambientales son de bajo costo y la comunidad de los alrededores ya ha implantado algunas huertas en las áreas escolares y ha cultivado hortalizas junto a algunos estudiantes en asociación con sus profesores. Al final de las entrevistas y conversaciones informales con la comunidad del alrededor de la escuela, se pudo concluir que hay programas del Gobierno Federal que tratan de estas cuestiones y que atienden a las necesidades locales y que la comunidad tiene interés en la implantación de estos programas. De este modo, se ha constatado que se necesita un cambio en la actitud de los directores para que sean más eficaces y cohesivos en cuanto las acciones ambientales en la escuela y en su alrededor para que haya una implantación concreta de los programas del gobierno. Para eso se recomienda que el director de la escuela sea un líder con experiencia y comprometido con la educación y que no sea sólo un partidario político del alcalde de su ciudad.

PALABRAS CLAVE: *EDUCACIÓN AMBIENTAL; MEDIO AMBIENTE; CONDE; PARAÍBA.*

INTRODUÇÃO

A temática Meio Ambiente (MA) vem sendo discutida pelo mundo todo por meio de eventos e fatos históricos, como a primeira Conferência sobre o Meio Ambiente, conhecida como Conferência de Estocolmo, a qual foi realizada em 1972, na capital da Suécia. Nela foram discutidas as primeiras iniciativas globais de preservação do meio ambiente. Nesses mais de 40 anos de discussão muitos eventos aconteceram e tentaram reverter o quadro, sendo o mais recente, a Conferência das Partes (COP 21), organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e reuniu, em 2015 na cidade de Paris, representantes de 195 países para firmar um acordo de extensão global para frear as emissões de gases do efeito estufa e buscar alternativas para lidar com as mudanças climáticas (ONU 2015).

No Brasil o tema veio a ser tratado de maneira mais objetiva a partir da Lei 6.938/81 que em seu art. 3º, capítulo I, trata sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e define meio ambiente como “O conjunto de leis, condições, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (Brasil 1981). Atualmente, essa lei já foi revisada e sofreu várias alterações ampliando a sua atuação. Na Constituição Brasileira de 1988 em seu art. 225º, diz que “Todos têm direito ao Meio ambiente ecologicamente equilibrado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao

poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para gerações presentes e futuras” (Brasil 1988).

Após todas as discussões globais iniciais sobre o MA os profissionais da educação também começaram a trabalhar esse tema de forma interdisciplinar nas salas de aula de forma a desmitificar o a visão de alguns educadores de que a Educação Ambiental deveria ser visto como um tema dentro da disciplina de Biologia (Minc 1999). Educação Ambiental (EA) não deve ser vista apenas como uma forma de adquirir conhecimentos, mas também como um processo que visa provocar uma mudança de comportamento nos agentes envolvidos, fazendo com que estes contribuam para a construção de uma sociedade mais comprometida com temas relacionados à melhor qualidade de vida e interação com o meio ambiente a curto e longo prazo.

O ensinar EA é uma prática que vai além, por exigir contribuições multidisciplinares que venham a aplicar os diferentes conteúdos de maneira prática e socializada. Somando a essa aplicação, conteúdos curriculares relacionados ao tema devem apresentar um significado para a saúde do planeta, pois só assim, serão significativos para os alunos (Gadotti 2005). Pensando nessa multidisciplinaridade dos conteúdos relacionados com a EA, Sorrentino e colaboradores (2005) justificam a importância das ações do governo quanto à subsidiar instituições formadoras (Universidades, Institutos Federais de Educação e Tecnologia, Instituições de Pesquisa), refletindo quanto a importância das mesmas para o desenvolvimento de projetos nas escolas que visem contribuir com a capacitação de recursos humanos, aporte financeiro e difusão de tecnologias que muitas vezes os professores das escolas não têm acesso. Seja por falta de políticas públicas municipais; seja por falta de verba para implantação dos programas propostos pela prefeitura; seja, por falta de segurança nas escolas quanto a roubos de patrimônio público; ou seja por falta de empenho e conhecimento dos gestores quanto aos programas públicos na temática ambiental.

Nas escolas de ensino fundamental, aonde o tema MA vem sendo discutido com maior frequência e é parte integrante do Currículo Nacional (Brasil 1997) os gestores escolares, representados pelos diretores e coordenadores pedagógicos, têm papel fundamental na implantação das políticas públicas para a educação. Com a Lei 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) os sistemas de ensino passaram a definir as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e, em especial, o princípio da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil 1996). Diante disto, é importante observar na gestão democrática a questão que diz respeito à abertura de espaço para o “pensar diferente” que se reforça como postura de “reconhecimento da existência de diferenças de identidade e de interesses que convivem no interior da escola” (Araújo 2009).

Assim, cabe ao diretor da escola um importante papel na organização da mesma. É ele quem representa a escola mediante as outras secretarias do município bem como a outros órgãos que sejam ligados ao funcionamento da escola. Neste caso é importante salientar que, mesmo tendo o suporte de outros profissionais como secretários, supervisores pedagógicos, etc, é preciso estar preparado para lidar com responsabilidades diversas. Ter conhecimentos administrativos, pedagógicos e ser capaz de oferecer uma liderança em seu ambiente de trabalho são habilidades que podem trazer a um diretor de escola sucesso em sua função. No entanto, no Brasil esses fatores quase sempre não são levados em conta, e o principal motivo é o critério como os mesmos são conduzidos ao cargo, geralmente estes profissionais assumem o cargo por nomeação/indicação do prefeito.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que tem como indicadores IDHM renda, IDHM longevidade e IDHM educação, o município do Conde obteve média 0,618, sendo nota

0,500 para o indicador IDHM Educação. Ficando muito atrás da capital, a qual obteve média 0,763, sendo nota 0,693 para o indicador IDHM Educação (PNUD 2010). Demonstrando que a proximidade com grandes centros não influencia obrigatoriamente nos índices de desenvolvimento humano, sugerindo que a gestão administrativa local influencia nos indicadores de desenvolvimento humano para o município.

Com o intuito de verificar a aplicação das ações governamentais nas escolas municipais pelos gestores locais a presente pesquisa propõe analisar a inserção das temáticas ambientais nas escolas municipais do Município do Conde/PB, usando como foco principal a atuação das/os gestoras/es das escolas, pois os mesmos são os encarregados da implantação desses programas.

MATERIAL E MÉTODOS

Para alcançar os objetivos propostos, optou-se nessa pesquisa por uma abordagem qualitativa, onde as informações coletadas oferecem base para um diagnóstico sobre a posição dos gestores responsáveis pelas escolas acerca das temáticas ambientais. A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, preocupando-se, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo 1992). A pesquisa descritiva também foi utilizada, pois se pretende levantar opiniões, atitudes e crenças de um determinado grupo populacional, neste caso os gestores das escolas do município do Conde/PB. Segundo Gil (2007) a pesquisa descritiva visa descrever características de determinada população ou fenômeno procurando estabelecer relações.

Área de estudo e universo pesquisado

O estudo foi realizado nas escolas municipais do município do Conde – PB. Atualmente, encontram-se em atividades 24 escolas, sendo distribuídas entre Zona Urbana e Zona Rural.

A população municipal em 2015, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi estimada em 23.975 habitantes, desses 31,08% moram na zona urbana e têm como atividades principais de subsistência o setor de turismo, serviços e comércio. Favorecendo esse comércio turístico o município apresenta 23 km de zona costeira, o que confere a cidade uma população flutuante, em épocas de férias escolares e feriados, e que, de certa forma, divide com os moradores do local o ônus dos serviços básicos como água encanada e esgotamento sanitário. Já a parte da população que reside na zona rural, cerca de 69%, sobrevive principalmente da agricultura familiar. Na zona rural do município são encontrados sítios, assentamentos e uma comunidade quilombola (IBGE 2015).

Instrumento de coleta e análise dos dados

Nessa perspectiva os instrumentos utilizados para coleta de dados foram questionários abertos, viabilizando conhecer o modo de pensar dos gestores (Gil 2007). Não houve qualquer tipo de interferência nas respostas. A forma de coleta de dados através de questionários foi escolhida por ser um instrumento prático, eficiente e de baixo custo possibilitando trabalhar as mesmas questões com várias pessoas diferentes. Foram aplicados

questionários com todos os gestores das escolas municipais do Conde/PB.

Os dados obtidos foram analisados a partir da interpretação das respostas às questões e segundo a literatura pertinente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade do Conde, PB, faz parte da microregião de João Pessoa, PB, e alberga 24 escolas municipais, sendo seis em zona urbana (Figura 1A e B) e 18 em zona rural. Dentre as 18 escolas, três foram construídas em comunidades quilombolas (Figura 1C) e 15 em áreas agricultáveis (Figura 1D).

Figura 1 – A) Pátio e B) Muro de Escola localizada na Zona Urbana do município do Conde/PB (Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professora Noêmia Alves Souza); C) Pátio central da escola e as salas de aula ao fundo e nas laterais de Escola localizada na Zona Rural, área quilombola, do município do Conde/PB (Escola Municipal de Ensino Fundamental Lina Rodrigues do Nascimento); D) Muro da escola e a entrada principal de Escola localizada em Zona Rural em área agricultável do município do Conde/PB (Escola Municipal Albino Pimentel).



Fonte: Bernardino, 2015.

As escolas foram visitadas uma a uma, e a reunião com o gestor/diretor foi sempre solicitada. Contudo, em algumas escolas houve problemas no agendamento e no horário disponível para o encontro e execução da entrevista. Devido a esse fato, cinco escolas (Tabela 1) não puderam ser analisadas quanto a aplicação do questionário e apenas fotos externas e descrição física da área foi possível.

Tabela 1 - Escolas municipais do Conde/PB onde não houve a aplicação dos questionários por motivos diversos que não permitiram o encontro dos pesquisadores com o gestor/diretor da escola relacionada abaixo.

Nome da Escola	Localização	Zona Urbana / Rural
REGINA GOMES DE ALMEIDA	SÍTIO CAPIM AÇÚ	RURAL
OVIDIO TAVARES DE MORAIS	SÍTIO MITUAÇÚ	RURAL
CORONEL JOCA VIRIATO	SÍTIO UTINGA DE BAIXO – S/N	RURAL
ANTONIO R. DOS SANTOS	SÍTIO CAXITU DO ALTO – S/N	RURAL
MANOEL PAULINO	POUSADA DO CONDE	URBANA

Descrição física das escolas

Não existe um padrão para as estruturas físicas das escolas de acordo com o que foi visto nas visitas. Foi constatado que as escolas da zona rural, em sua maioria, apresentam estruturas pequenas, com pouca ventilação natural e, geralmente, sem ventilação artificial. Elas são construídas de forma retangular com duas salas paralelas, um corredor central, dois banheiros e uma cantina. Nestas escolas os diretores dão expedientes no corredor central.

A maioria das escolas apresenta muros delimitadores de uma área grande em terra batida com poucas árvores e nenhuma horta vinculada a projetos ou programas, como exemplo o Mais Educação, do Governo Federal (Figura 2). Isto pode ser visto como um fator negativo para a comunidade escolar já que os benefícios provenientes da existência de uma horta na escola são inúmeros, destacando-se: obtenção de alimentos de qualidade a baixo custo para consumo na merenda escolar e também o envolvimento em programas de alimentação e saúde desenvolvidos na escola (Eno 2015).

Figura 2 - Escola Municipal Marino Eleotério, situada em Zona Rural, Gramame, Conde, PB. Estrutura física básica da maioria das escolas construídas em zona rural no município do Conde, PB. Apresenta muros delimitadores de uma área grande em terra batida com poucas árvores e nenhuma horta.



Fonte: Bernardino, 2015

Dentre as escolas visitadas, as localizadas nas comunidades quilombolas apresentaram melhor estrutura física e organizacional (Figura 1C). Nessas localidades a comunidade apresenta uma maior integração com a escola, assim “a participação da população, em relação à escola, contribui para a melhoria da qualidade do ensino” (Gadotti e Romão 2001).

As escolas urbanas são de maior porte físico, com aproximadamente 10 – 15 salas de aula, uma cantina, uma sala de direção, uma sala de professores e uma sala de vídeo. Elas têm capacidade para, aproximadamente,

30 alunos por sala distribuídos nos turnos manhã e tarde e EJA (Educação de Jovens e Adultos) à noite.

Perfil do gestor

Em muitas cidades brasileiras os gestores escolares são cargos comissionados, o que de certa forma, atrai para o cargo pessoas que muitas vezes não são preparadas para assumir a posição de gestor escolar. Na cidade do Conde, PB, essa consideração nacional não foi diferente, sendo todos os entrevistados indicados para o cargo de gestor, segundo comunicação informal. “o diretor escolar é um cargo estratégico de governo para as manobras políticas eleitoreiras, tanto na distribuição de cargos, como na arrecadação de mais votos nos períodos de campanhas” (Silva 2007). Para traçar um melhor diagnóstico sobre o gestor foram feitas perguntas sobre o seu tempo no cargo e seu histórico acadêmico.

Para Luck (2009) “A ação do diretor escolar será tão limitada quão limitada for sua concepção sobre a educação, a gestão escolar e o seu papel profissional na liderança e organização da escola.”. Pensando assim, procurou-se saber do gestor a sua concepção sobre educação, enfatizando o tema Meio Ambiente, tema esse que é o foco do presente estudo.

Na análise dos dados quanto ao perfil do gestor tem-se que quanto ao tempo em que exerce o cargo de gestor, 84,21% estão a no máximo dois anos na mesma escola, e foram empossados pelo prefeito em exercício. Em alguns casos o próprio gestor não se acanhou em informar verbalmente que quando o prefeito assumiu o cargo pediu para ele escolher em qual escola queria atuar como diretor, mesmo não tendo formação acadêmica e nem curso de especialização como gestor escolar. Quanto à pergunta se já foi docente e de que disciplina, 84,21% responderam que sim, tendo 14 atuado como polivalente do ensino fundamental, um como professor de Matemática, e um como professor de Geografia. Quando questionados sobre sua formação acadêmica obteve-se os seguintes dados: 17 entrevistados têm formação superior em Pedagogia, um em Matemática e um não tem nenhum tipo de graduação. Dentre os entrevistados alguns estão direcionando a sua formação para a área de gestão escolar, como exemplo a gestora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Noêmia Alves de Souza (escola de Zona Urbana), a qual concluiu recentemente o curso de Especialização em Administração Escolar; e a gestora da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Reginaldo Claudino de Sales (escola de Zona Rural), a qual está cursando a Especialização em Gestão Escolar.

Embora se perceba uma boa intenção em alguns gestores quanto a trabalharem em prol e benefícios para a escola constata-se que a dúvida de continuidade no cargo os limita quanto a algumas ações a longo prazo, pois quando ocorre a mudança na gestão municipal, muitas vezes vem acompanhada de mudanças no nome dos gestores das escolas.

Diagnose sobre a concepção do gestor quanto a conceitos e atividades relacionadas à educação ambiental e meio ambiente

O Município do Conde oferece condições socioambientais propícias para uma discussão mais direcionada quando os temas são “meio ambiente e educação ambiental”, e trabalhar essas questões nas escolas é fortalecer a consciência ambiental dos alunos que devem ser estimulados a trocar experiências com os colegas. Nas questões propostas, nessa etapa do questionário, os gestores apresentaram suas opiniões quanto ao conceito e atividades relacionadas à Educação Ambiental e Meio Ambiente nas escolas onde atuam.

O conceito para meio ambiente que se esperava era o discutido ao nível dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), onde não há uma rigidez conceitual, sendo explorado elementos configurantes do meio ambiente como os seus componentes bióticos e abióticos, além de suas interações, resultando em um local onde um ser vive e se desenvolve, trocando energia e interagindo com o local, sendo transformado e transformando-o (Brasil 1997) Assim sendo, os gestores, em sua maioria, citaram o elemento vida nas suas diversas possibilidades, demonstrando que mesmo não tendo formação em áreas definidas como ciências, os mesmos não têm muito problema com esse conceito.

No site do Ministério do Meio Ambiente podem ser encontrados muitos conceitos para “Educação Ambiental” (EA), contudo deve-se deter no descrito no artigo 1º, Lei nº 9795/1999, da Política Nacional de Educação Ambiental: “Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Brasil 1999).

Dentro do contexto conceitual, percebe-se que pelo menos metade dos gestores entrevistados demonstram ter noção do que deve ser tratado quando for discutido o tema EA. Tal fato pode ser percebido pela presença dos elementos “proteger”, “conservação”, “ambiente”, “valores sociais”, “valores ambientais” em suas respostas à Questão 03 do questionário aplicado.

Quando questionados sobre a existência de orientação específica da Secretaria de Educação para que os temas “Meio Ambiente” e “Educação Ambiental” sejam trabalhados no âmbito escolar, as respostas se dividiram. Alguns afirmaram que “não” há orientação específica; e outros afirmaram que “sim”, ou seja, há orientação específica. Verificando pessoalmente na Secretaria de Educação foi constatado que não existe por parte do Órgão uma ação formal quanto a essa questão. As opiniões contrárias podem ter partido de citações informais em ocasião de reuniões que tratavam de temas transversais.

Sabe-se que a orientação do Governo Federal é trabalhar, através de programas como o Mais Educação, diversas frentes voltadas para transversalidade dos temas curriculares e atividades extra sala de aula são encorajadas, como a implantação e manutenção de hortas escolares. Contudo, nenhuma escola até o momento demonstra ter interesse em trabalhar a implantação de hortas escolares, mesmo que o seu público discente seja, em grande número, filhos de agricultores e moradores da zona rural. Fato este que representa a ausência de iniciativas das escolas em aproveitar as áreas agricultáveis e os conhecimentos empíricos adquiridos pelos alunos, através das práticas vivenciadas em seu cotidiano familiar. Paralelo a isso, outros temas transversais como Educação Alimentar poderiam ser trabalhados caso fosse implantada uma horta na escola, já que a mesma pode ser considerada um laboratório vivo, na qual as crianças têm diversas experiências, tornando o contato com os alimentos mais atraente e prazeroso (Matic, 2013).

No que diz respeito à organização dessas ações que ocorrem, segundo os gestores, em todas as escolas, os funcionários das escolas, em especial os professores, são citados na maioria das respostas como principais colaboradores. No entanto, em uma situação particular, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi citado como colaborador na Escola Municipal Maria Eunice do Egito Souza, que se encontra situada nas proximidades do assentamento rural Rick Charles. Nesse caso em específico, representantes do órgão ministram palestras sobre Meio Ambiente para a comunidade escolar.

Existe por parte de todos os diretores a vontade de trabalhar projetos relacionados a “Meio Ambiente”

e “Educação Ambiental” nas escolas, contudo questões relacionadas a condições financeiras são ditas como barreira para execução de projetos. No entanto, entende-se que reciclagem, palestras e passeios ecológicos são projetos de baixo custo que com boa vontade e atitude podem ser executados nas escolas.

No questionário também foi perguntado se a escola tem interesse que seja desenvolvido algum outro projeto relacionado à “Meio Ambiente” e “Educação Ambiental”? e, se “sim”, em qual temática? Para Luck (2000) “o diretor da escola é um gestor da dinâmica social, um mobilizador e orquestrador de atores, um articulador da diversidade para dar-lhe unidade e consistência [...]” a relação dessa afirmação com o tema pesquisado demonstra que a maioria dos profissionais que estão atuando como gestores das escolas do Conde, precisam passar por uma qualificação que os condicionem ao cargo. Ao analisar as respostas dos mesmos fica claro que em quase sua totalidade existe um desconhecimento quanto a temáticas ambientais, mesmo atuando em uma localidade aonde a temática tenha que ser tratada nas escolas com mais intensidade.

Todos os diretores entrevistados estão no cargo através de indicações políticas, e os critérios para essas indicações transformam estes agentes públicos em pessoas comprometidas muito mais com a administração do que com o processo educativo. Essa questão também trás a tona outras problemáticas que foram facilmente reconhecidas durante as visitas às escolas quando na coleta dos questionários, como por exemplo, as condições físicas atuais de algumas escolas já causam um impacto a partir de sua fachada. Outras funcionam em um espaço resumido, que não favorece uma boa qualidade de ensino como a Escola Mata da Chica II que funciona no prédio de uma antiga casa de farinha praticamente intacta em sua estrutura original, tendo salas de aulas divididas apenas por estantes de ferro.

A qualidade do ensino oferecido não é influenciada apenas por fatores pedagógicos, mais a busca pela estrutura e funcionamento plenos é um desafio permanente para os que trabalham neste âmbito da atuação humana Vieira (2001).

CONCLUSÃO

A escolha do tema se deu em razão da localidade apresentar áreas propícias para estimular a consciência ambiental e implantação de hortas com o intuito de aproveitar o conhecimento empírico das crianças, em especial das moradoras de áreas rurais. Considerando esse aspecto, ao final das entrevistas e conversas informais com a comunidade do entorno das escolas, pode-se concluir que os programas do Governo Federal já existentes e que tratam dessas temáticas (meio ambiente e educação ambiental) atendem as necessidades locais e são de interesse da comunidade quanto à implantação. Assim, esse trabalho propiciou, aos gestores participantes da pesquisa, a reflexão sobre a possibilidade de promoverem em suas escolas ações relacionadas aos temas em questão e aos que já os têm, ampliar seus projetos.

Para os gestores que ainda não implantaram ações são sugeridas algumas atitudes simples e de fácil execução e não custosa, como a implantação de passeios ambientais, buscando focar nas várias nascentes de água existentes na localidade; plantio de mudas nas encostas; separação seletiva e reutilização dos resíduos sólidos, não contaminantes, na confecção de materiais didáticos para aulas; além de trabalhar, de forma interdisciplinar, conteúdos curriculares como matemática, português, ciências, geografia entre outros de forma lúdica e prática junto a uma horta didática.

Assim, foi constatado, que é preciso uma mudança de postura dos próprios gestores os quais precisam ser

mais efetivos e coesivos das ações na escola e entorno para que haja uma concreta implantação dos programas governamentais. E, para isso, é recomendado que o gestor escolar seja um líder experiente e engajado na área educacional e não apenas um apoiador político do prefeito.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a administração do Pólo de Mari; a Universidade Aberta do Brasil/Universidade da Paraíba; a Secretaria de Educação do Conde; Prefeitura do Conde e todos os gestores escolares por permitirem a realização da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Araújo AC. de. 2009. A gestão democrática e os canais de participação dos estudantes. *Revista Retratos da Escola*, 3(4): 253-266.
- Brasil. 1981. **Lei N.º 6.938 - Política Nacional do Meio Ambiente**. Presidência da República. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- Brasil. 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. Brasília
- Brasil. 1996. **Lei N.º 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Presidência da República Brasília: MEC.
- Brasil. 1999. **Lei N.º 9.795 - Política Nacional de Educação Ambiental**. Presidência da República. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- Brasil. 1997. **Parâmetros curriculares nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Presidência da República. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental - MEC/SEF. 126p.
- Eno EGJ; Luna RR e Lima RA. 2015. Horta na escola: incentivo ao cultivo e a interação com o meio ambiente. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, 19(1) 248-253.
- IBGE. 2015. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Brasília, DF.
- Gadotti M. 2005. **Pedagogia da Terra e Cultura de Sustentabilidade**. Revista Lusófona de Educação, n.º 06. Pp 15-29. Lisboa.
- Gadotti M. e Romão EJ. 2001. (Orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, (p.16 a 134).
- Gil AC. 2007. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas.
- Luck H. 2009. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. 1. ed. Curitiba: Positivo.
- Luck H. 2000. Perspectiva da Gestão Escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. **Em aberto**, 17(72): 11-33.

Matic V. 2013. Teaching and learning of ecology for the students of vocational secondary schools in multimedia environment. **International Journal of Cognitive Research in science, engineering and education**,1(2): 21-32.

Mínayo MC de S. 1992. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, 8(3): 342-348.

Minc, C. 1999. Educação ambiental. **Caderno Cedes**, n. 29.

ONU 2015. Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas – COP 21. Paris.

PNUD. 2010. Ranking IDHM Municípios 2010. Brasília, DF: Casa das Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>>. Acesso em: 20 de out. de 2016.

Silva JB. 2007. A historical look on the school administration. **Educação em Revista**, Marília, v. 8, n. 1, p. 21-34, (p.28)

Sorrentino M; Mendonça RTP e Ferraro Junior LA. 2005. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299.

Souza AR de. 2007. **Perfil da Gestão Escolar no Brasil**. PUC/SP. Tese de Doutorado em Educação (Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo.

Vieira SL. 2001. **Estrutura e Funcionamento da educação básica**. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, UECE.